

PSICOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: ENTRE O SABER/PODER E O CUIDADO DE SI EM MICHEL FOUCAULT

Franciele Monique Scopetc dos Santos¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo expor o pensamento desenvolvido por Michel Foucault, na Conferência II da obra *A verdade e as formas jurídicas*. Tal exposição pretende apresentar a análise realizada por Foucault, buscando detectar os movimentos constituintes do texto estudado, utilizando como apoio os textos *Filosofia e Psicologia* do mesmo autor e *Uma Arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise*, de Renato Mezan. Esses movimentos implicam na constituição conceitual do saber/poder. É objetivo desta análise pensar na construção do saber/poder como arquétipo que rivaliza com o cuidado de si. Para então, pensarmos uma condição de viabilizar matizes teóricas foucaultianas no que concerne à educação escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Poder/Saber; Pensamento Grego; Tragédia; Cuidado de si; Educação Escolar.

ABSTRACT: This article aims to explain the thinking developed by Michel Foucault, in Conference II, *The truth of the work and the legal*. This exhibition aims to present the analysis performed

by Foucault, in order to detect the movements of the studied text constituents, using as supporting texts Foucault's own *Philosophy and Psychology* and *An Archaeology and unfinished*: Foucault and psychoanalysis, by Renato Mezan. These movements imply the creation of conceptual knowledge/power. Purpose of this analysis is to think of the construction of knowledge/power as archetype rivalling with the concept of. To think so enables the condition for using Foucauldian theoretical nuances regarding education.

KEYWORDS: Power/Know; Greek Thought; Tragedy; Self-care; School Education.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É possível afirmarmos inúmeros domínios dos saberes foucaultianos no campo da educação (VEIGA-NETO, 2003, p.31). Domínios que perpassam desde a percepção e análise do trabalho docente, passando pelas problemáticas da avaliação e do currículo, até questões ligadas às práticas disciplinares. É nessa ampla articulação ‘possível’ entre os domínios das afirmações de Foucault e a educação que nosso artigo se apresenta, na tentativa de como pensar o Poder/Saber desenvolvido conceitualmente ao longo de algumas obras do filósofo, pensando aqui mediante o nascimento do inquirido na obra *A verdade e as formas jurídicas*. O Poder/Saber enquanto dispositivo nos permite pensar o espaço da escola como promotor da subjetividade e da subjetivação, seja essa do indivíduo em relação a si mesmo e aos outros.

As atribuições teóricas da obra de Michel Foucault à Educação são incomensuráveis, assim como, difíceis quando pensadas no âmbito de um conceito, exclusivamente. Nesse sentido, esse artigo percorre o movimento do texto foucaultiano para deliberarmos o Poder/Saber, e então, a partir do mesmo pensar o “cuidado de si” no âmbito da educação escolar. Deste modo, percorremos os textos de Foucault na tentativa de fornecer a nossos interlocutores a possibilidade de percebermos os desdobramentos estruturais do conceito de “saber/poder”. Esses desdobramentos têm como objetivo principal lançar luzes à reflexão sobre: como em espaços essencialmente disciplinares, tais como a escola, Foucault nos permite pensar não simplesmente em como o “Poder/Saber” “dociliza” as subjetividades (aqui pensando em nossas alunas e alunos), mas também podemos, a partir da ética do “cuidado de si”, emancipar tais subjetividades.

DO INQUÉRITO AO SABER/PODER

Nossa exposição pretende apresentar a análise realizada por Michel Foucault no que toca à construção do dispositivo Saber/Poder, buscando detectar os movimentos constituintes do texto estudado, utilizando como apoio os textos *Filosofia e Psicologia*², do próprio autor e *Uma Arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise*³, de Renato Mezan. A Conferência II de *A verdade e as formas jurídicas*, de Michel Foucault, trata do nascimento do inquérito no pensamento grego, registrado na tragédia⁴ de Sófocles, *Édipo-rei*. O enfoque dado à análise volta-se para a questão do saber e do surgimento do inquérito. Esta análise é realizada sob uma perspectiva diferente, que corresponde à interpretação específica no que concerne à localização da história de um poder político. Isso porque seu interesse é “[...] fazer aparecer o que na história de nossa cultura permaneceu até agora escondido, mais oculto, mais profundamente investido; as relações de poder” (FOUCAULT, 2003, p.30). Em síntese, Foucault busca o significado e não o significante, ele busca compreender o homem e não explicá-lo⁵.

Segundo Motta⁶ (1999), Foucault introduziu uma “[...] mudança nas relações de poder e saber da cultura contemporânea a partir de sua matriz ocidental na medicina, na psiquiatria nos sistemas penais e na sexualidade” (MOTTA, 1999, p.5). Disso resulta uma nova forma de perceber o conhecimento científico, ultrapassando aquilo que se denomina pós-estruturalismo⁷ ou pós-modernismo.⁸

O caminho que possibilitou a análise foucaultiana foi aberto por Deleuze e Guattari, em sua obra *L'Anti Edipe*, por

meio da qual puseram a visão freudiana de Édipo, como sendo a “fábula mais antiga de nosso desejo e de nosso inconsciente” (FOUCAULT, 2003, p.29), demonstrando que tal visão é apenas um instrumento de limitação e coação do desejo — o qual deveria ficar restrito às relações familiares —, ou seja, um instrumento de poder. É esse poder, presente “[...] nas relações políticas que investem toda a trama de nossa existência” (FOUCAULT, 2003, p.31), que instiga a análise de Foucault. Em *Filosofia e psicologia* (FOUCAULT, 1999, p.202), o filósofo observa que a partir do surgimento da psicanálise, com a noção de inconsciente freudiano, as outras ciências sofreram, por parte da mesma, uma espécie de “confisco” e não apenas uma simples “adição de domínios”. Isso porque, a psicanálise encontra-se envolvida nos jogos de poder e saber. E, sendo assim, Foucault observa que Freud ao descobrir o inconsciente conduziu as demais ciências a um totalitarismo psicológico, no qual “*só há psicologia*” (FOUCAULT, 1999, p.203).

Mezan, ao analisar o pensamento de Foucault sobre a psicanálise, determina que, desde a Antiguidade, se constrói aquilo que se nomeou de “dispositivo de sexualidade”. Conceito a partir do qual Foucault constitui sua visão acerca da psicanálise. É esse dispositivo que dá origem à psicanálise atribuindo-lhe vários papéis simultâneos, entre eles a superação dos “recalques”, por meio da atitude confessional, buscando estabelecer verdades, tarefa essa corporificada pela psicanálise. Assim, a partir dessas possibilidades, seria possível pensar em uma subversão deste dispositivo, contudo não é o que acontece, pois, o que há é apenas uma ilusão, já que, “[...] a injunção em pauta nada mais é do que uma nova face da exigência de confessar. Apesar das aparências, não saímos do Mesmo: é ainda

o dispositivo de sexualidade que, pretendendo ‘desarticular-se, na verdade se rearma’ (MEZAN, 1985, p.120). Aqui surge a crítica histórico-política da repressão em todas suas formas, embora tenha sido ineficiente, haja vista as mudanças no comportamento sexual não poderem ser atribuídas às críticas realizadas, o que leva Foucault a buscar na época clássica o momento primeiro da constituição desse dispositivo.

A tragédia analisada é considerada, por Foucault, como representativa de um tipo de relação entre poder e saber — e não como uma justificativa para a sexualidade —, a qual permanece presente em nossa civilização. Tal afirmação demonstra o caráter genealógico do texto em questão, já que percebe o “poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes”⁹ (MACHADO, 1982, p.76). Mais do que perceber a relação entre saber e poder — como saber e poder produzem-se um ao outro e como ambos produzem individualidade —, Foucault localiza um complexo de Édipo coletivo resultante dessa relação, o qual também será objeto de análise. Deste modo, destacamos as palavras do professor do *Collège de France* quando nos diz que:

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios do saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história (FOUCAULT, 2003, p. 8).

É pertinente, neste momento, distinguir alguns movimentos realizados por Foucault no decorrer de sua análise, pois, conforme será possível perceber, esta não se restringe, absolutamente, a um único enfoque. O primeiro movimento de Foucault trata das formas inquisitivas gregas, isso é, a busca da verdade presente nas práticas judiciárias; um segundo movimento busca determinar os efeitos causados por essas práticas; já, no terceiro, é abordada a questão do poder; o quarto movimento é consequência direta do terceiro, pois o enfoque volta-se para o excesso de poder que configura a tirania; o quinto movimento trata do saber enquanto arma, enquanto poder; e por fim, o sexto movimento de Foucault é a percepção da separação do poder e do saber nas práticas políticas. No que concerne, ainda, ao primeiro movimento Foucault observou que a história de Édipo se mostrou como o marco das práticas judiciárias gregas, elas foram e são o primeiro sinal e a primeira forma pela qual se iniciou a busca pela verdade, o julgamento das ações dos homens mediante os erros cometidos¹⁰. É, portanto, a partir dessas práticas que “[...] nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade” (FOUCAULT, 2003, p.11).

Todavia, a existência de verdades jurídicas é anterior a Édipo, surge na *Ilíada*, de Homero — a história da contestação entre Antíloco e Menelau durante uma corrida de carros nos jogos da morte de Pátroclo. A verdade jurídica é, nesse caso, contestada por Menelau em razão de uma irregularidade cometida por Antíloco. Porém, tal verdade não é estabelecida por uma testemunha, mas por intermédio de um juramento perante Zeus. Foucault, aqui, expõe uma forma singular de estabelecer a verdade jurídica, a qual ocorre por uma espécie

de jogo, de prova, de desafio lançado por um adversário a outro, e “[...] não por uma constatação, uma testemunha, um inquirido ou uma inquisição” (FOUCAULT, 2003, p.33).

Em Édipo a busca da verdade se dá de forma diferente, embora a forma anterior — do desafio e da prova — esteja presente em diversas passagens da tragédia. Foucault analisa, então, o mecanismo da procura da verdade em Édipo, o qual obedece a uma lei, nomeada lei das metades. A partir das metades que se ajustam e se encaixam é que se descobre a verdade. Em Édipo, Foucault localiza três metades: a primeira pertence ao deus Apolo e ao adivinho Tirésias, no nível da profecia; a segunda pertencente a Édipo e Jocasta, nível dos soberanos; a terceira, aos escravos, com seus testemunhos.

A metade da verdade pertencente a Apolo e a Tirésias é divina, voltada para o futuro. Apolo aponta o que é o porquê da tragédia, Tirésias aponta quem é o responsável por ela, entretanto, nem um, nem outro o fazem explicitamente, e sim de forma prescritiva. Há então, uma ausência da dimensão do presente, o testemunho do que de fato ocorreu no passado. A verdade dos soberanos, Édipo e Jocasta, também é fragmentada. Jocasta proporciona a Édipo o elemento necessário para o reconhecimento da verdade que este trazia consigo, a culpa da tragédia. Assim, no jogo dessas metades que se completam a verdade está próxima. É a metade pertencente aos escravos que possibilitará o encontro da verdade. O escravo vindo de Corinto traz consigo uma parte da verdade sobre o causador da tragédia, e o escravo de Citerão a confirma com seu testemunho. São estes testemunhos que trazem para o presente os fatos do passado os quais, por sua vez, confirmam a predição do futuro feita pelos deuses.

A verdade fragmentada é unificada por meio da junção dos saberes de cada um dos envolvidos. Os encaixes das metades se ajustam e proporcionam a reconstituição da história. Tendo, pois, realizado essa análise, Foucault conclui que esta forma jurídica não é apenas uma forma retórica, é ao mesmo tempo religiosa e política, posto que consiste “[...] na famosa técnica do símbolo grego” (FOUCAULT, 2003, p.38). Tal técnica é considerada como um instrumento de poder, que permite a quem o detém a fragmentação de um conhecimento, transmitindo uma das partes a um outro, o qual atestará sua autenticidade. A reunificação das partes possibilita o reconhecimento da verdade. Assim, se exerce o poder, conforme verificado no caso de Édipo.

O segundo movimento, por sua vez, apresenta os resultados dos ajustes das três metades localizadas por Foucault: Apolo e Tirésias, Édipo e Jocasta e os dois escravos. Estes últimos, responsáveis pela obtenção total da verdade. Em sua análise, Foucault aponta um deslocamento do enunciado da verdade. Para tanto, distingue entre o olhar profético de Apolo e Tirésias e o olhar humano dos escravos, sendo que os primeiros enunciam a verdade através de um discurso profético e prescritivo, enquanto os segundos o fazem de forma empírica. A mensagem é a mesma, embora, não o seja a linguagem, nem o olhar.

Em *Filosofia e Psicologia* Foucault, tratando da linguagem do inconsciente, afirma que há como “[...] uma estrutura simétrica entre literatura e a loucura [...]” (FOUCAULT, 1999, p.203). Isso porque, assim como o inconsciente, a literatura tem uma linguagem própria, cabendo pois, ao leitor e à crítica literária encontrar a chave para sua compreensão. Foucault esclarece que “[...] é a estrutura de envoltório, de espiral, que

caracteriza a linguagem da loucura e a linguagem da literatura e é por isso que [...] não apenas todas as ciências humanas são psicologizadas, como também a crítica literária e a literatura são psicologizadas” (FOUCAULT, 1999, p.204).

A linguagem enquanto responsável pela construção histórica e cultural do homem, faz, deste, um objeto a ser compreendido e não explicado, mais que isso, remete à hermenêutica necessária a qualquer ciência que tenha o homem como objeto de investigação, inclusive a psicologia. Desse modo, ao afirmar que toda decifração é uma terapêutica e que não se pode saber sem transformar, Foucault, implicitamente, trata da questão do poder, já que todo saber implica em um poder, e, necessariamente, um não existe sem o outro.

Para Foucault, existe uma correspondência que define a tragédia e estabelece um mundo simbólico, e é, precisamente, a comunicação entre o humano e o divino por meio da lembrança e do discurso dos homens, os quais configuram a imagem empírica dos deuses. Contudo, entre essas duas formas de saber, resta ainda analisar o nível dos soberanos. Aqui, Foucault inicia o terceiro movimento.

Neste, é demonstrado como Édipo, ao contrário, do que se afirma habitualmente não é o homem do não-saber, mas sim, “[...] aquele que sabia demais. Aquele que unia seu saber e seu poder de uma certa maneira condenável e que a história de Édipo devia expulsar definitivamente da história” (FOUCAULT, 2003, p.41). Foucault alude ao título da obra para discutir a questão que realmente interessa, Édipo é rei. Mas, questiona: “Que significa a realeza de Édipo?” (FOUCAULT, 2003, p.41).

É apenas o poder que interessa a Édipo, observa Foucault. Cita, então, inúmeras passagens da obra que testificam tal fato. Demonstra que Édipo não se preocupou em momento algum em provar sua inocência, mas apenas em manter o seu poder. Poder,

o que é anunciado em sua ascensão, quando fora aclamado pelo povo, “Édipo todo poderoso” (FOUCAULT, 2003, p.43), como também em seu declínio, quando o mesmo povo diz “[...] tu que estavas no cume do poder” (FOUCAULT, 2003, p.44).

A questão passa a ser a queda do poder de Édipo, a qual ocorre em virtude do aspecto tirânico do seu saber. Eis o quarto movimento. Assim, após ter conhecido a miséria, esta que se refere à metáfora da existência de Édipo ao vagar cego em busca da satisfação de seus desejos, Édipo conhece a glória, torna-se rei após ter sido herói. Entretanto, ele também é um tirano. Tornou-se rei, pois tinha curado a cidade de Tebas decifrando o enigma da Divina Cantora, e assim reergue a cidade, como Sólon, com suas boas leis. Mas, também se encontram em Édipo características negativas da tirania.

Édipo não dá importância às leis e as substitui pelas suas vontades e ordens. Por isso, quando inicia sua queda, o coro do povo o reprova por desprezar a justiça. A imagem aqui é a de um personagem historicamente bem definido e caracterizado pelo pensamento grego, no século V — o tirano. Este não se caracteriza apenas pelo poder, mas também por um certo tipo de saber. Ao derrotar a esfinge com seu saber, Édipo se apossa do poder, pois detinha um saber superior ao dos outros. Ainda que, no decorrer da tragédia este venha a se mostrar “[...] um saber solitário, de conhecimento, de homem que, sozinho, sem ouvir ninguém, quer ver com seus próprios olhos” (FOUCAULT, 2003, p.47). Um saber autocrático que encaminha Édipo para uma armadilha.

Com o quinto movimento, Foucault demonstra que é no exercício deste poder tirânico, baseado naquilo que ele aponta como sendo o “saber-e-poder”, “poder-e-saber” (FOUCAULT,

2003, p.48), e rejeitando tanto aos deuses, quanto ao povo, que Édipo se defronta com o que buscava solitariamente — a verdade —, por meio dos testemunhos de ambos. Contudo, é este saber tirânico que permite o ajustamento exato do que haviam dito os deuses e do que sabia o povo, proporcionando a compreensão de como se efetivou o jogo das metades e da supressão da personagem de Édipo. O excesso de poder e de saber é, conforme aparece, negativo.

Segundo Foucault, Édipo-Rei aproxima-se daquilo que viria a ser a filosofia platônica. Já que, nesta, o saber empírico será desvalorizado em favor de um saber inteligível. Todavia, Foucault ressalta que quem é visado pela peça de Sófocles ou pela filosofia de Platão é na verdade o sofista, “[...] profissional do poder político e do saber” (FOUCAULT, 2003, p.49). Este, por sua vez, escondia um outro tipo de personagem, o tirano. Este, sim é o homem do poder e do saber, “[...] aquele que dominava tanto pelo poder que exercia como pelo saber que possuía” (FOUCAULT, 2003, pp.49-50).

O sexto movimento de Foucault aponta que na origem da sociedade grega do século V, houve um desmantelamento na unidade de um poder político que ao mesmo tempo seria um saber. Foi essa unidade que os tiranos gregos tentaram reabilitar em seu proveito e que “[...] os sofistas dos séculos V e VI utilizaram em forma de lições retribuídas em dinheiro” (FOUCAULT, 2003, p.50). Entretanto, verifica-se que o processo de desmantelamento descrito se mantém durante o período da Grécia arcaica.

Com o surgimento da Grécia clássica, da qual Sófocles representa o ponto de eclosão, a união entre o poder e o saber deverá desaparecer para que seja possível a existência dessa nova

sociedade. Nesta, o homem do poder passará a ser considerado o homem da ignorância. Exemplo melhor não há do que o próprio Édipo, que por saber demais nada sabia. E o adivinho e o filósofo passarão a ser vistos como que estando em contato com a verdade eterna. O povo por sua vez, “[...] sem nada deter do poder, possui a lembrança e pode ainda dar o testemunho da verdade” (FOUCAULT, 2003, p.50).

Para Foucault, a partir destes fatos o Ocidente será dominado pela ideia de que a verdade nunca pertencerá ao poder político, de que há uma antinomia entre saber e poder, germinada por Platão¹¹. Como consequência, “[...] onde se encontra saber e ciência em sua verdade pura, não pode mais haver poder político” (FOUCAULT, 2003, p.51). Foucault aponta isso como um mito, pois por trás de todo saber existe uma luta de poder, de modo que o poder político não está ausente do saber, pelo contrário, ele é tramado com o saber. Foucault também aborda essa questão em, *Vigiar e Punir*:

Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1988, p. 29).

Conforme premissa inicial deste artigo, realizou-se aqui uma exposição da análise executada por Foucault na conferência II sobre o caso de Édipo. Verificou-se que ao tratar da busca

da verdade presente nas práticas judiciárias gregas, Foucault não se atém a uma análise pontual e sim a dilata, a estende, buscando detectar os efeitos dessas verdades, constatando, com isso, uma associação entre deuses e escravos e os distinguindo dos soberanos. Além disso, a questão do poder é esmiuçada demonstrando que o que importa realmente é a manutenção deste poder e nada mais. Foucault, com um olhar atento, verificou que o excesso de poder foi a derrocada de Édipo, pois este assumiu o papel de tirano, com suas características mais negativas, ou seja, transformar o saber em arma. Finalmente, Foucault, apontou a separação do poder e do saber nas práticas políticas — antinomia platônica —, já que, a união de ambos — saber e poder —, gerou na história da Grécia arcaica, a tirania.

DO PODER/SABER A PRÁTICA DO CUIDADO DE SI

Poder/saber como concatenações do mesmo processo, entrecruzam-se no sujeito, logo nas subjetividades. Não existe relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não anteveja e não constitua relações de poder. Foucault, em vez de considerar que só há saber na ausência de relações de poder, considera que o poder produz saber. Segundo Veiga-Neto (2003), tal perspectiva retira do campo da educação o sujeito epistêmico, que tanto agrada aos construtivistas (VEIGA-NETO, 2003. p.59).

Como o poder/saber pode movimentar a reflexão sobre a educação escolar? Pode-se elencar algumas possibilidades, a escola moderna foi e continua sendo a mais poderosa instituição de articulação entre o saber e o poder, contribuindo ativamente

para a instituição do sujeito através da lógica disciplinar, que vem sendo substituída pela lógica do controle. O filósofo francês questiona a neutralidade das práticas pedagógicas e as trata como produtoras de experiências de si, que articulam a produção de sujeitos singularizados, emaranhados nesta teia de poder/saber.

Poder e Saber em uma fusão entrelaçados possibilitam que o conhecimento tenha uma qualificação de histórico e social (VEIGA-NETO, 2003. p.111), o que chama atenção sobre o papel relacional e social da educação. Ao nos debruçarmos sobre o processo que entendemos aqui como educação escolar, tendo na instituição escolar sua principal fonte, é necessário questionar que cuidados se têm com as professoras e professores. Quanto se conhece das comunidades escolares? Esse conhecer se faz necessário para que práticas educativas que resistam a qualquer tipo de assujeitamento possam ser propostas. A ética do cuidado propõe que se lance um olhar diferente sobre os educadores e as comunidades escolares, pois para compreender-se a singularidade de cada ser é necessário conhecer-se a sua formação enquanto pessoa, através de processos que lhes constroem a subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar a ética do cuidado em oposição ao “saber/poder” se fará possível quando se tiver a oportunidade de — não em outro lugar, mas no próprio lugar que se ocupa — começar, como educadores, a questionar: Por que educar escolarmente? Qual o papel que a educação escolar representa nesta sociedade?

Como uma prática pedagógica se constrói? A quem serve? Ela transforma o que ou quem? Como ela poderia ser para vencer os próprios limites do saber/poder e se libertar junto com o homem?

A ética do cuidado é uma possibilidade de programar práticas educativas que relativizem o poder disciplinar, o controle, possibilitando que lemas como convivência, diálogo, pluralismo, alteridade, diferença, não permaneçam na retórica, mas que possibilitem que se questione sobre como a educação pode contribuir para que o ser humano não se destrua. É salutar, na educação em suas diversas formas, criar-se uma pedagogia do cuidado, que reconheça o outro em sua diferença e alteridade, permitindo que essa ética seja assumida como uma atitude, uma maneira de ser, tornando-se prática comum; e que se passe, segundo Foucault, a problematizar o que as pessoas pensam que são, quem são os outros de modo a se construir uma consciência do lugar de cada um no mundo e com o mundo, evidenciando o social sobre o individual, contemplando um “saber/poder” não em vias da tirania, mas em vias de um verdadeiro exercício democrático.

NOTAS

¹Doutoranda em Educação Escolar na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP — Araraquara. E-mail: franmonique@gmail.com

²Este texto, *Filosofia e psicologia*, é uma entrevista concedida por Foucault, presente na Coleção Ditos e Escritos I. Contudo, é mister indicar que o ponto central a ser desenvolvido neste estudo, a saber, as relações de poder, não recebe, neste, qualquer atenção por parte de Foucault. Isso porque, a entrevista em

questão foi concedida em uma época que o autor ainda não havia penetrado em seu momento genealógico. Portanto, somente alguns aspectos deste texto poderão servir como apoio para o presente estudo, especificamente, àquelas referentes a psicologia (FOUCAULT. 1999. p 34).

³Neste texto, Mezan estabelece os passos dados por Foucault em *A vontade de saber*, obra na qual busca suplantar a sedução presente “nos processos de subjetivação, isto é, da constituição desta figura moderna que é o sujeito” (MEZAN. 1985. p. 122). Além dessa suplantação Foucault institui, em seu lugar, as estratégias de poder, por meio das quais amplia o escopo desse mecanismo encontrando “um excelente ponto de apoio para criticar a concepção maciça do poder como uno e como repressor, propondo em lugar disso a ideia da sua capilaridade essencial” (MEZAN.1985. p. 123).

⁴Em síntese, a tragédia emerge porque a cidade de Tebas é assolada por uma peste e o povo exige uma solução de seu soberano, Édipo. Este manda consultar os deuses para obter respostas. Apolo, o deus do sol, diz que a cidade está sendo punida por manter em seu seio o assassino de seu rei anterior. Édipo jura expulsar o assassino e exige que este seja descoberto. Apenas Tirésias, o adivinho, pode responder quem é o assassino, e sua resposta aponta o próprio Édipo. Este, enfurecido recusa a verdade e prossegue em sua busca. É essa procura que confirmará as predições que o levaram para Tebas, fugindo de um destino predeterminado, no qual ele seria o assassino de seu pai, o qual ele pensava ser Políbio, rei de Corinto. Nessa fuga confronta-se com Laio, rei de Tebas, e o mata por ter sido ofendido por este. Ao tentar entrar em Tebas consegue responder acertadamente ao enigma proposto pela Esfinge, a qual devorava todos aqueles que tentavam penetrar na cidade e não eram capazes de solucionar os enigmas propostos. Livra a cidade deste malefício e com isso é feito rei de Tebas. Casa-se com Jocasta, mulher de Laio, e tem filhos com ela. Descobre, através de um inquérito, que não era filho de Políbio e sim de Laio e Jocasta. Jocasta se mata, Édipo perfura os próprios olhos e sai da cidade em companhia do escravo que o deu a Políbio.

⁵Segundo Foucault, em *A ordem do discurso*, é necessário três itens ou “decisões” para o encaminhamento filosófico: “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT.1996. p. 51).

⁶Manoel Barros da Motta apresenta a obra, *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*, de Michel Foucault, publicado na Coleção *Ditos e Escritos*, 1999.

⁷Acerca do pós-estruturalismo pode se dizer que este não pode ser minimizado a um conjunto de premissas compartilhadas, uma teoria, uma metodologia ou até mesmo a doutrina filosófica de caráter escolar. É mais feliz inferir a ele como um movimento de pensamento, uma rede interconecta de pensamento, o que agrega diferentes formas de prática crítica. Sendo assim, “[...] o pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes” (PETERS, 2000, p.29).

⁸Segundo Lima (2004): “[...] Em sua origem, pós-modernismo significava a perda da historicidade e o fim da “grande narrativa” — o que no campo estético significou o fim de uma tradição de mudança e ruptura, o apagamento da fronteira entre alta cultura e da cultura de massa e a prática da apropriação e da citação de obras do passado [...]” (LIMA, 2004, p.4).

⁹Historiadores do pensamento de Foucault, entre eles Roberto Machado, apontam dois momentos de escavação histórica, a saber, o momento arqueológico, no qual estabelece “como os saberes apareciam e se transformavam”; e, o segundo momento, nomeado genealógico, no qual estabelece o porquê destes saberes, localizando uma relação de poder (MACHADO, 1982, p. 76).

¹⁰Segundo Foucault, a tragédia de Édipo: “[...] trata-se de uma história em que pessoas — um soberano, um povo — ignorando uma certa verdade, conseguem, por uma série de técnicas de que falaremos, descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano” (FOUCAULT, 2003, p. 31).

¹¹Segundo Foucault: “[...] chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado” (FOUCAULT. 1996, p. 15).

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Coleção Ditos e Escritos I. Tradução Vera Lúcia Vellar Ribeiro. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

LIMA, R. **Para entender o Pós-Modernismo**. In: Revista Espaço Acadêmico. n.35. Abril/2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35eraylima.htm>. Acesso: 10 Dez 2015.

MEZAN, R. Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise. In: **Recordar Foucault**. Rio de Janeiro. São Paulo. Brasiliense, 1985.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença**. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Foucault, M. Org. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed., 1982.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ENVIADO EM: 19/12/2015
APROVADO EM: 27/02/2015